



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

RESENHA | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

Entre o singular e o plural: a cultura escolar como campo de estudos

Between the singular and the plural: school culture as a field of study

Entre lo singular y lo plural: la cultura escolar como campo de estudio

Hesley Sant'ana Salustiano



No transcurso das últimas décadas a Cultura Escolar consolidou-se como um campo de estudos interdisciplinar, neste campo coexistem saberes procedentes de diferentes áreas acadêmicas, dentre as quais destacamos a História, a Educação, a Sociologia, a Antropologia e a Arquitetura. Distintas nas suas matrizes, tradições e metodologias de pesquisa, as áreas acadêmicas supramencionadas compartilham do interesse pela compreensão das práticas culturais produzidas (ou introduzidas) no âmbito das instituições de ensino.

Nesse sentido, temas como (i) as aproximações e afastamentos entre “cultura popular” e “cultura erudita”, (ii) o impacto das práticas cotidianas e dos ritos

cerimonias na formação das subjetividades; (iii) a existência do *habitus* e o seu potencial de influência no comportamento dos sujeitos que participam (com ou sem resistência) da sua reprodução; (iv) o uso do currículo escolar para a valorização de determinados saberes e a depreciação de outros; (v) a produção, o uso e a significação dos objetos didáticos e (vi) as especificidades das relações sociais estabelecidas dentro das instituições de ensino escolar são elementos centrais nas discussões que perpassam a Cultura Escolar. No Brasil – país formado por uma grande diversidade de culturas e com acentuadas desigualdades socioeconômicas – as discussões presentes nas pesquisas sobre a Cultura Escolar ganham relevância, sobretudo porque potencializam uma reflexão sobre o papel das instituições de ensino na produção e transmissão de determinados elementos culturais.

O livro que resenhamos, intitulado “Cultura Escolar em Perspectiva Democrática: saberes e práticas”, apresenta um interessante conjunto de pesquisas sobre Cultura Escolar, formado por 16 capítulos, sendo 15 escritos por pesquisadores que atuam em instituições de ensino superior do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e 1 escrito por pesquisadores que trabalham em instituições de ensino superior de São Paulo (SP). O predomínio de capítulos produzidos por pesquisadores que atuam no Mato Grosso do Sul não desqualifica a obra, ao contrário: ele ressalta a presença e a importância da Cultura Escolar na agenda de pesquisa do respectivo estado.

Um aspecto interessante na composição do livro é a sua divisão em três partes, são elas: (1) **Currículo e Cotidiano Escolar**, (2) **Nenhuma Escola é uma Ilha**; e (3) **Cultura Escolar em múltiplos espaços e tempos**. Usando esta divisão, os organizadores da obra, Fabiano Quadros Rückert e Jorge Luís Mazzeo Mariano sinalizam para o leitor três possibilidades de interpretação da Cultura Escolar. Na primeira, predominam as relações entre os componentes curriculares (explícitos ou implícitos) e a configuração de culturas escolares; na segunda eles enfatizam a influência de elementos externos ao ambiente escolar nas práticas culturais e relações pedagógicas. Como ambos afirmam no texto de Introdução: “[...] seria incorreto analisar a cultura como algo desconectado de fatores políticos, sociais e econômicos” (RÜCKERT; MARIANO, 2022, p. 09); na terceira possibilidade de interpretação da Cultura Escolar contemplamos a sua existência em diferentes tempos e espacialidades.

No primeiro capítulo do livro, Fabiany de Cássia Tavares Silva dialoga com autores de renome nos estudos sobre Cultura Escolar (Chervel, Forquin, Viñao-Frago, Julia) e também com outros, os quais oferecem contribuições para a compreensão das relações entre a cultura e o comportamento social – este é o caso de Norbert Elias, Michel De Certeau e Max Weber. Transitando por diferentes concepções de cultura, Silva identifica elementos estruturantes para composição de um “Programa de Pesquisa” capaz de explorar o Currículo a partir da categoria do uso da Cultura Escolar como categoria de análise.

No segundo capítulo, Deyvid Tenner de Souza Rizzo, Sérgio Guilherme Ibañez e Ana Paula Moreira de Sousa abordam as relações entre a disciplina de Educação Física e produção de identidades culturais, enfatizando a dimensão corporal da cultura, os autores argumentam que o professor de Educação Física deve assumir uma postura crítica sobre os conteúdos que ensina e sobre as intencionalidades da disciplina. Com base no conceito de Educação Física Plural, os autores se posicionam contra práticas esportivas que acentuam diferenças entre alunos com perfil atlético e alunos desprovidos deste perfil.

O terceiro capítulo apresenta os resultados de um estudo sobre o Estágio Docente de estudantes do Curso de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Câmpus do Pantanal. Escrito por Amanda de Mattos Pereira Mano, Nathália Gabriela de Carvalho e Angélica Pall Oriani, o texto analisa um conjunto expressivo de 44 relatórios de estágios a partir de duas categorias: (a) organização pedagógica e recursos pedagógicos utilizados; e (b) relações interpessoais (aluno-professor e aluno-aluno). Centrado na percepção dos estagiários sobre situações de ensino/aprendizado observadas nas aulas de Ciências Biológicas, o capítulo registra problemas que dificultam o trabalho docente (precariedade ou inexistência de laboratórios de ciências; salas de aulas lotadas; falta ou insuficiência de computadores; etc.). No que diz respeito as “relações interpessoais”, os estagiários observaram que os docentes de Ciências Biológicas tendem a assumir uma postura centralizadora na proposição das atividades, mas também registraram casos de docentes que priorizam o protagonismo dos estudantes no processo ensino/aprendizagem.

Márcia Regina do Nascimento Sambugari, Aline Cristine Androlage Mercado e Dilson Vilalva Esquer escreveram sobre as memórias de

escolarização de estudantes do Curso de Pedagogia, da UFMS – Câmpus do Pantanal. Partindo da premissa de que todo estudante que ingressa no ensino superior possui algum tipo de memória sobre a sua trajetória escolar, os autores estimularam a produção de relatos de memória e, a partir deles, observaram diferentes experiências de alfabetização e identificaram elementos didáticos recorrentes, como o uso das cartilhas, a prática do método sintético e a ênfase no aprendizado da letra cursiva.

Amanda da Silva Medeiros e Suely Scherer redigiram o quinto capítulo que aborda a existência de “currículos inventivos” no cotidiano da Educação Infantil, partindo da distinção entre uma infância normatizada e enquadrada nas intencionalidades fixadas por adultos e uma infância manifestada nas experiências inventadas e vivenciadas dentro do espaço escolar, as autoras enfatizam a importância de uma Educação Infantil comprometida com a valorização da criatividade e da sensibilidade das crianças.

Finalizando a primeira parte do livro, Juliana Gomes Santos da Costa, Rafael Fernando da Costa e Tiago Duque apresentam uma reflexão sobre o cotidiano de uma escola pública, localizada na cidade de Campinas (SP). Para desenvolver a reflexão, os autores observaram práticas pedagógicas de três professores em três salas de aula do Ensino Médio e posteriormente interpretaram as práxis, a partir de referências da teoria crítica e da teoria pós-crítica. Refutando a concepção da escola como uma instituição homogênea e ocupada por grupos sociais com funções pré-definidas (“professores” e “alunos”), os autores ressaltam a presença de heterogeneidades dentro daqueles grupos e reconhecem que o cotidiano escolar pode ser interpretado a partir de múltiplas perspectivas teóricas.

A expressão “Nenhuma Escola é um Ilha”, usada como título para a segunda parte do livro, ganha sentido mais claro a partir da leitura dos capítulos 7, 8, 9 e 10. No capítulo 7, Adilson Citelli, Ana Luisa Zaniboni Gomes e Helena Corazza apresentam resultados de uma pesquisa de âmbito nacional sobre “hábitos midiáticos” de professores e alunos. Com base num expressivo volume de dados (a pesquisa consultou 509 professores e 3.708 alunos do ensino fundamental, residentes em onze estados do Brasil), os autores identificaram diferenças e similaridades na maneira como professores e alunos interagem com as mídias e destacaram que estes dois segmentos sociais formularam

percepções distintas sobre o uso da Internet no processo de aprendizado escolar.

Na sequência, Selma Gonçalves Pare, Erika Natacha Fernandes de Andrade e Tatiana da Silva Ramos Batista colocam em pauta a importância da arte e da criatividade no espaço escolar. Partindo das teorizações de Paul Klee sobre a experiência da criação artística, as autoras argumentam que por meio da imaginação criativa e da arte, o cotidiano escolar pode se tornar mais aberto para novas sensibilidades e novas formas de fala e escuta.

O capítulo 9 é o único texto do livro, cuja redação faz referência a pandemia de Covid-19. Nathalia Claro Moreira e Ramon Rodrigues Claro Moreira apresentam uma reflexão sobre as relações entre Justiça Social e Educação em tempos de pandemia e de ensino remoto. Moreira e Moreira afirmam que o uso do ensino remoto, adotado pelas escolas durante o período mais grave da pandemia, acentuou as disparidades no acesso à educação no Brasil – asserção corroborada por pesquisas recentes. Nessas condições, o papel da escola enquanto espaço de idealização e realização da Justiça Social ganha novo significado.

O capítulo 10 do livro, escrito por Leandro Costa Vieira e Eladio Sebastián-Heredero, aborda o papel da escola na promoção da inclusão da população negra e discute a importância da cultura afro-brasileira no currículo e nas práticas escolares, os autores criticam a persistência, no sistema de ensino escolar brasileiro, de ideias e práticas que depreciam os negros e/ou diminuem as contribuições da cultura afro-brasileira para formação do Brasil. O assunto abordado por Vieira e Sebastián-Heredero, apesar de não ser novo, possui relevância, sobretudo porque aponta três fatores necessários para o avanço na efetivação de uma educação inclusiva comprometida com a população negra. São eles: (1) a abertura da escola para a discussão e o combate ao racismo; (2) a produção e uso de materiais didáticos sobre a cultura afro-brasileira; e (3) a ampliação do diálogo entre a escola e as comunidades.

A terceira parte do livro é composta por seis capítulos. Eles são distintos, mas convergem no interesse pela diversidade de formas por meio das quais a Cultura Escolar produz (e também “reproduz”) comportamentos sociais. No capítulo 11, Fabiano Quadros Rückert aponta contribuições de Michel De Certeau para o campo de estudo da Cultura Escolar a partir do livro “A Cultura

no Plural”, obra publicada originalmente em 1974. Segundo Rückert, nesse livro, De Certeau interpretou as mudanças que estavam em curso no sistema de ensino francês (um sistema abalado pelas grandes manifestações estudantis de 1968), problematizou a tradicional divisão entre cultura erudita e cultura popular e ressaltou a necessidade da abertura das instituições de ensino para a diversidade cultural.

A leitura do capítulo de Rückert provoca um questionamento que consideramos pertinente compartilhar com o leitor. O que diferencia a cultura escolar – na sua acepção mais ampla – da cultura acadêmica ou universitária? Certamente existem diferenças, assim como similaridades. A “linha divisória” entre a escola de educação básica e a universidade não se define apenas pela faixa etária do público estudantil atendido, ou pelo currículo das instituições, sustentamos a hipótese de que além da expectativa de profissionalização, esta “linha divisória” envolve elementos simbólicos que impactam no comportamento dos sujeitos que ingressam na universidade e simultaneamente, no dos professores universitários. Alguns destes fatores simbólicos foram contemplados pelo capítulo de Nereide Aparecida Pagani Galvão, autora de uma pesquisa sobre a percepção de egressos e ex-docentes a respeito do Curso de Licenciatura em Matemática existente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, no Câmpus do Pantanal – CPAN. Galvão contestou a ideia presente no senso comum de que a Licenciatura em Matemática é preferida por homens por ser um curso “difícil” e comprovou que o índice de aprovação das mulheres, no CPAN, é superior ao dos homens. A autora constatou que a formação recebida, no Curso de Licenciatura em Matemática da UFMS-CPAN, foi insuficiente para os desafios da docência na Educação Básica. Os dados coletados analisados por Galvão procedem de uma instituição específica e de uma localidade específica (uma cidade de porte médio, no interior do Brasil), e conseqüentemente não podem ser generalizados, contudo eles são provocativos, especialmente porque a Base Nacional Curricular Comum apostou na ampliação da carga horária da disciplina de Matemática como estratégia para qualificar o Ensino Médio.

Sabrina Sander e Maria do Carmo Brazil participam do livro com um texto sobre a Cultura Escolar registrada nos documentos do Colégio Franciscano São Miguel, localizado na cidade de Ladário, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Na

produção encontramos uma interessante reflexão sobre a necessidade de conservação de fontes documentais produzidas por instituições escolares. No caso do Colégio Franciscano São Miguel, as fontes documentais existentes oferecem pistas sobre a organização da escola, sobre o currículo e sobre as práticas pedagógicas vivenciadas pelos que frequentaram o respectivo Colégio, na primeira metade do século XX.

A perspectiva histórica das instituições escolares também foi a base do texto escrito por Celeida Maria Costa de Souza e Silva, autora de um capítulo que analisa documentos do Colégio Salesiano de Santa Teresa, localizado em Corumbá-MS, produzidos no período entre 1972 e 1987. Sem desconsiderar a longa temporalidade do Colégio Salesiano de Santa Teresa (criado em 1889), a autora adotou um recorte temporal que priorizou uma importante transição ocorrida na instituição: dentro do hiato de tempo entre 1972 e 1987, o Colégio deixou de ser uma escola privada e confessional mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso e tornou-se uma escola pública administrada pelo governo estadual, a transição na gestão institucional provocou alterações na estrutura dos prédios, ampliou o público atendido e demandou o uso de um novo currículo – mudanças historicizadas no capítulo de Silva.

O capítulo 15 do livro foi escrito por Maxciny Nascimento da Silva e Cláudia Araújo de Lima e trata do envolvimento das crianças em práticas de Educação Ambiental nas escolas do Pantanal de Mato Grosso do Sul. As autoras realizaram um estudo com 342 crianças residentes no Pantanal sul mato-grossense e coletaram informações sobre a percepção da natureza e os conhecimentos sobre fauna e flora que as crianças possuem, as amostras do resultado deste estudo evidenciam a importância de uma Educação Ambiental comprometida com a escuta das crianças e encontram respaldo na concepção educativa de Paulo Freire – autor que defendeu a valorização dos saberes populares.

O último capítulo do livro aborda práticas de ensino/aprendizagem vivenciadas por menores de idade em situação de conflito com a lei. O *locus* do estudo foi a Unidade Educacional de Internação de Corumbá – UNEI Pantanal. Nessa localidade, Micheline Sant’Anna e Beatriz Xavier entrevistaram um conjunto de jovens na intenção de saber o que eles pensam sobre a educação recebida no interior da UNEI. As autoras também questionaram os jovens sobre

as suas expectativas de futuro. Sob certo aspecto, o estudo de Sant'Anna e Xavier parece não se enquadrar nas definições habitualmente usadas para o conceito de Cultura Escolar. No entanto, se considerarmos que dentro do estabelecimento, existem práticas pedagógicas que impactam (de forma positiva ou negativa) no comportamento dos jovens temporariamente privados de liberdade, podemos inferir que também neste espaço, alguns elementos da Cultura Escolar se fazem presentes.

Diante do que foi exposto nesta resenha, consideramos pertinente ressaltar três aspectos relevantes na obra. São eles: (a) a diversidade do conjunto de textos reunidos; (b) a coexistência de procedimentos de pesquisa tradicionais da História – como os estudos baseados em documentos escolares – com procedimentos procedentes da Sociologia, da Antropologia e da Educação; e (c) a proposição de conexões entre a Cultura Escolar e temas como o Currículo; a Justiça Social; os hábitos midiáticos; a Educação Étnico-Racial e a Educação Ambiental, dentre outros.

Referência

RÜCKERT, Fabiano Quadros; MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. (Organizadores). **Cultura Escolar em perspectiva democrática: saberes e práticas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2022, 369 p.

Recebido em: 18/01/2023.
Aceito em: 11/03/2023.

Hesley Sant'ana Salustiano

Graduado em Pedagogia - Anhanguera Educacional (2016), Especialização em Educação e Sociedade - Faculdade São Luís (2019), Especialização em Gestão Escolar: orientação e supervisão - Faculdade São Luís (2022), Mestrando em Educação Social - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino - Corumbá/MS.

✉ hesleysantana@hotmail.com

🔗 <http://lattes.cnpq.br/6711746176327336>

🆔 <https://orcid.org/0000-0001-7108-0130>